OS PLANOS ECONÔMICOS E AS TENTATIVAS DE CONTROLE DA INFLAÇÃO

Nayara Rodrigues Guimarães

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar os planos econômicos brasileiros e as medidas adotadas para o controle da inflação. O trabalho aqui exposto foi realizado por meio de uma pesquisa teórica e bibliográfica. A fim de se obter uma melhor compreensão do tema, foram buscados, em bancos de dados acadêmicos e científicos, livros e artigos a respeito de planos econômicos e inflação. O Brasil, ao longo de sua história adotou vários planos econômicos, os quais tinham vários objetivos, mas na maioria deles o primordial era o controle da inflação. Ocorre que tais planos adotavam medidas únicas, ignorando que a inflação não possui apenas uma causa. Ademais, a maioria das medidas adotadas eram praticáveis por um curto lapso temporal, o que impedia a continuidade do controle inflacionário. Foi possível constatar então, que os planos econômicos combateram as consequências e não as causas inflacionárias.

Palavras-chave. Inflação. Planos econômicos. Controle. Causas e consequências.

Sumário

[1 Introdução 3](#_Toc465007362)

[2 OS PLANOS ECONÔMICOS BRASILEIROS 4](#_Toc465007363)

[3 O que é inflação 10](#_Toc465007364)

[4 A tentativa dos planos econômicos de controlar a inflação 12](#_Toc465007365)

[5 Conclusão 14](#_Toc465007366)

[Referências: 15](#_Toc465007367)

# 1 Introdução

Os planos de desenvolvimento são diretrizes para efetivação da política a fim de que se promova o desenvolvimento de forma responsável da política econômica de um país, buscando seu consequente avanço. Seus objetivos são previamente estabelecidos de forma prudente e racional, para que se transforme a realidade do país. Cabe salientar que plano econômico e planejamento econômico são dois institutos diversos, mas que estão Interligados. O planejamento econômico visa, por meio de um conjunto de ações, corrigir desequilíbrios estruturais e dos desvios conjunturais de uma determinada economia, de um Estado.

Cumpre esclarecer que os desequilíbrios estruturais dizem respeito aos aspectos permanentes de uma determinada economia, em que é possível uma previsibilidade. Por outro lado, desvios conjunturais dizem respeito a aspectos passageiros e inesperados em que predomina a imprevisibilidade.

Interessante ressaltar que o planejamento inclui a conjuntura econômica, muito embora ela seja imprevisível. Embora não se possa prever que um determinado fato conjuntural acontecerá com quase absoluta certeza, é bem verdade que não se deve descartar a possibilidade dele acontecer. (DANTAS, p. 2.)

Assim, a importância do plano econômico se dá, tendo em vista que ao elaborar um plano econômico que antecipadamente preveja os possíveis aspectos conjunturais, o país já se preparará para os imprevistos e contará com uma boa margem de reservas destinadas à correção deste problema. Nesse sentido o doutrinador José Afonso da Silva dispõe: “O” processo de planejamento se instrumenta mediante a elaboração de plano ou planos. É o processo técnico que se traduz juridicamente em planos.” (SILVA, 2000, p. 787.)

Dessa forma de maneira sintética, os planos representam a forma prática dos planejamentos, ou sejam são o instrumento jurídico do planejamento. Os planos se materializam por intermédio da publicação de leis que deverão ser aprovadas pelo Congresso Nacional, conforme dispõe art. 48, IV, da CF/88. Caso este plano vincule a todos é imperativo, se não é meramente um plano indicativo. Neste ponto a dificuldade em saber se um plano é indicativo ou imperativo, neste sentido escreveu José Afonso Da Silva:

Na verdade, o que ocorre é que o plano se considera imperativo sempre para o setor público. Por isso, nos países de economia centralizada de tipo socialista, a imperatividade do plano é consequência de que as entidades econômicas são integrantes do setor público, não havendo distinção entre economia pública e economia privada, como se dá nos países de economia de mercado ou descentralizada. Nestes, o plano é imperativo também para

o setor público, mas, como há um setor privado da economia, regido pelo princípio da iniciativa particular, o plano, em relação a ele, costuma ser indicativo, servindo-se de mecanismos indiretos para atraí-lo ao processo de planejamento. (SILVA, 1997, p. 112-114.)

No Brasil a CF/88 tratou de resolver o problema da seguinte forma:

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

Apesar de atualmente o tratamento dado aos planos econômicos ser Constitucional, as constituições anteriores não tratavam do assunto, ficando este no âmbito infraconstitucional.

Interessante é notar que antes da Constituição de 1988, apesar de não haver previsão constitucional expressa acerca dos planos de desenvolvimento, existiram bons planos como o plano quinquenal de Juscelino Kubitschek, cujo slogan era ”cinquenta anos em cinco”, o plano trienal de João Goulart que não chegou a ser aplicado porque referido Presidente fora deposto e o plano nacional de desenvolvimento de Ernesto Geisel. (DANTAS, p. 8.)

# 2 OS PLANOS ECONÔMICOS BRASILEIROS

O plano especial de obras públicas e aparelhamento da defesa nacional foi instituído em 1939, com custos previstos no montante de três milhões de cruzeiros. Tal recurso viria através de principalmente taxas sobre operações financeiras. Ocorre que o período deste plano foi o mesmo do início da segunda guerra mundial, assim, a prioridade nacional dirigiu-se a defesa nacional. Assim, o plano atingiu uma pequena parte de seus objetivos e o governo entendeu por melhor renová-lo para o seguinte quinquênio, através do segundo plano chamado Plano de Obras e Equipamentos, de 1943. No entanto, a constituinte de 1946, a qual não admitia a existência de orçamentos paralelos, o pós fim. Referidos planos se dirigiam basicamente a ações ligadas ao governo e suas contas.

O Plano SALTE, que dispunha primordialmente sobre saúde, alimentação, transporte e energia, foi compreendido no fim da década de 40 e início da década de 50. Nessa época um dos grandes problemas enfrentados pela população era a alta da taxa da inflação, por isso, o governo Dutra, optou neste plano, pela reordenação dos gastos públicos destinando recursos públicos aos setores que considerava como prioritários, saúde, alimentação, transporte e energia. Ocorre que tal plano sacrificou a classe trabalhadora, tendo em vista que reduziu a metade o poder aquisitivo do salário mínimo, na sua política de combate a inflação. Uma das suas principais criações foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atualmente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que visava a concessão especial de linhas de crédito a iniciativa privada.

Posterior ao Plano SALTE veio o plano de metas. Nesse momento de nossa história o Brasil era um país agrícola, e tal atividade era desenvolvida basicamente sem a presença de maquinários. Com a visão de desenvolver o país o plano de metas apostou na industrialização do país. Todavia, tal processo foi feito com capital estrangeiro e concentrou seus esforços na região sul e sudeste do Brasil, provocando a superpovoação e o êxodo das regiões norte e nordeste Brasileiras.

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que terminou com o golpe militar, tentaria combater os grandes índices inflacionários que vigoravam à época no país. Além disso referido plano visava que o Brasil tivesse um crescimento de 7 por cento ao ano, através de uma política de distribuição de renda que viria da substituição das mercadorias internacionais, pelas produzidas na indústria nacional, acreditava-se que essa substituição levaria a indústria nacional a crescer 90 por cento anualmente. Esse plano possuía ideias mirabolantes e contraditórias que anunciavam seu fracasso. Em contrapartida ao crescimento esperado para o país houve o aumento de impostos e tarifas, bem como aumentou-se os salários e o mais contraditório ocorreu aqui, houve a busca pelo capital estrangeiro, para fomentar uma economia que se pautaria no combate ao produto estrangeiro. Seus resultados foram um fracasso tendo em vista que o PIB teve um crescimento insignificante e a inflação subia cada vez mais.

O fracasso do Plano Trienal, em seus pressupostos globais e setoriais de crescimento econômico, controle progressivo da pressão inflacionária, atenuação das desigualdades regionais, e redução dos custos sociais, foi causado por pressões de variados segmentos, os quais impediram direta e indiretamente a atuação das medidas propostas, uma vez que eram consideradas de caráter intervencionista. (MEIRA, 2014.)

Assim, a oposição começou a contestar o governo, e este cenário político e econômico caótico levou ao golpe militar de 1964.

O seguinte plano, Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), foi desenvolvido a partir de 1964. Foi o primeiro plano da ditadura militar, e, se regulava pelos princípios ortodoxos da economia de mercado. Tinha cinco focos principais, quais sejam, combater a inflação, aos investimentos estatais principalmente em infraestrutura, as desigualdades regionais, atrair investimentos do exterior e reformar o Sistema Financeiro Nacional. Para referido governo a inflação era resultado do consumo que havia no Brasil, sendo assim, este plano visava a diminuição, ao limite máximo possível, do consumo interno nacional, adotando-se para tanto medidas de restrição ao crédito e diminuição da emissão de moeda. Nesse plano houve ainda a criação do Banco Central, que persiste até os dias atuais. Bem como criou o BNH, que visava a solucionar o problema de moradia no país e conter o processo de favelização. Tendo em vista o cenário econômico internacional favorecido, o PAEG atingiu um relativo êxito nas suas propostas combatendo a inflação e gerando estabilidade econômica o que levou ao chamado “milagre econômico” do início da década de 70. Isso veio a reafirmar o lema “o bolo primeiro deve crescer, para depois ser repartido”. Ocorre que isso nunca aconteceu, pois a crise internacional do petróleo trouxe novamente a inflação. De uma forma simplista, o governo tentou resolver o problema trazido pela crise com o capital estrangeiro, por acreditar que esta seria de curta duração. Todavia a crise se prolongou e a medida adotada foi trágica e mais sentida no início da década de 80 onde a inflação tomou proporções gigantescas e jamais esperadas. Isso levou abaixo o sonho da ditadura militar de um “Brasil grande e potência internacional”, ao menos enquanto se existisse uma ditadura.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), foi elaborado a partir de um levantamento das etapas e planos que passara o país até aquele momento. O governo empenhava todos os seus esforços para acabar com a recessão econômica em que se encontrava o Brasil. Visava atingir um crescimento anual igual ao da média obtida entre os anos de 1947 e 1961, 6 por cento ao ano.

O PED detectou que o processo decisório de investir mantinha relação estreita com as expectativas de crescimento acelerado do mercado. Por conseguinte, as linhas de ação passaram a agir sobre a demanda agregada, promovendo um certo grau de distribuição de renda com a finalidade de incentivar o nível de consumo e preservar a capacidade de poupança.

Em um sentido amplo, o PED, embora tenha proposto um estilo mais liberal, com regras compreensíveis e relativamente estáveis, não abreviou a participação do estado na economia, quer como agente produtor, quer como agente consumidor. O PED também manteve fatores como salários, preços, juros e lucros sob estreita vigilância e ampliou os créditos relativos ao financiamento da dívida pública. (MEIRA, 2014.)

O Plano Nacional de Desenvolvimento se dividiu em três planos o I, o II e o III PND respectivamente. O I conservava o objetivo de colocar o Brasil no topo das nações desenvolvidas em um curto espaço de tempo, o chamado espaço de uma geração. Para tanto precisaria, de imediato, elevar o Produto Interno Bruto Brasileiro, bem como a renda per capta da população como um todo. Como mecanismo precisaria aumentar a taxa de empregabilidade, reduzir a inflação, bem como adotar uma política internacional que não levasse ao crescimento inflacionário mas que ao mesmo tempo levasse ao fortalecimento empresarial. Para fomentar esse fortalecimento criou-se Programa de Promoção de Grandes Empreendimentos Nacionais, o qual visava colocar o empresariado nacional em setores estratégicos para a economia nacional. No tocante aos recursos para o desenvolvimento do referido plano, estes seriam oriundos da Caixa Econômica Federal, Do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e demais órgãos financeiros da União. Já o II PND objetivava primordialmente a elevação a renda per capita a mais de mil dólares e fazer com que o PIB fosse superior a cem bilhões de dólares no ano de 1977. Pretendia a adaptação da produção e consequentemente da economia nacional a baixa oferta de petróleo no seu quinquênio de vigência. A produção industrial nacional se encontrava em novo estágio, e com isso se pretendeu dar mais investimento a indústria eletrônica e aos bens de capital, para que se tornasse cada vez menos dependente das importações, e na medida do possível se abrisse as exportações. Queria que até 1980 o Brasil possuísse uma economia industrial consolidada, destinada a região centro-sul, mas com programas de desenvolvimento do norte e nordeste através da agropecuária e da exploração produtiva da Amazônia. Para isso precisava se ver livre das fontes de energia exteriores sendo autossuficiente em sua produção.

O desenvolvimento social do país seria obtido através da conjugação de uma política de emprego com uma política de salários que permitiria a criação progressiva de uma base para o mercado de consumo de massa. A qualificação da mão-de-obra deveria ser acelerada através da educação, do treinamento profissional e de um programa de saúde, saneamento e nutrição. A política de integração social, baseada na aplicação do conceito de previdência, incluiria uma política habitacional e uma série de mecanismos destinados a suplementar a renda, a poupança e o patrimônio do trabalhador. (ABREU, p. 1.)

Assim, o Brasil ocuparia o mercado externo com produtos primários não tradicionais e manufaturados. Por fim, o III PND, se revelou mais como um plano de intenções que de fato um plano de resultados, sua delimitação se fez apenas em torno dos setores básicos para o crescimento da nação, e suas metas eram apenas qualitativas.

As características predominantes do III PND, contrariamente aos planos anteriores, referem-se a metas qualitativas, conforme a idéia de um processo de planejamento. Todavia, é de se concluir que diretrizes e metas qualitativas exigem um severo acompanhamento das tendências econômicas e sociais, bem como das forças políticas atuantes, no sentido de manter equilibrados os programas econômicos. (MEIRA, 2014.)

O plano cruzado, foi um programa “heterodoxo”, seus objetivos não fugiam dos anteriores, ou seja, visava conter a inflação e manter os índices de empregabilidade e de produção nacional. Para tanto congelou-se os preços, dando um choque na economia, com o objetivo de se chegar em uma inflação igual a zero, em um pequeno lapso temporal. O congelamento de preços trouxe a falta de produtos, pois produzir sem lucro é melhor não produzir, e, uma população sem produtos até mesmo de primeira necessidade é uma população à beira do caus, isso levou a várias desapropriações de produtores agropecuários. Houve a mudança da moeda, passando de cruzeiro para o cruzado, e, diminuindo três zeros na moeda. Ainda, em relação à moeda adota-se o cambio fixo, onde um dólar passa a valer 20,58 cruzados. Houve a criação da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN),

entretanto o Plano Cruzado, em sua ânsia imediatista, não se preocupou com o sequenciamento da política econômica, a fim de dar sustentação aos propósitos iniciais. Dessa forma, agregando-se a inflexibilidade, o Plano dirigiu-se a desajustes globais e setoriais, que reconduziram a economia ao estágio anterior. (MEIRA, 2014)

Vários pequenos planos foram feitos para tentar recuperar a economia, nessa época, como o Plano Cruzado II que tinha como objetivo o congelamento de preço por 90 dias, e o aumento dos preços de determinados produtos, como automóveis, combustíveis, cigarros e bebidas alcoólicas, inclusive das tarifas públicas. Voltaram a tona as minidesvalorizações cambiais e a inflação encontrou solo fértil para ressurgir na economia. Ainda, o chamado Plano Cruzadinho tentou desindexar a economia via tarifas públicas. Em seguida surgiu o chamado Plano Bresser – Pereira, que igualmente foi outro fracasso, pois proibiu a emissão de moedas durante um lapso temporal, tinha características heterodoxas. Trouxe um relativo impacto positivo na inflação, mas de pequenas proporções e rápido. O chamado Plano Arroz com Feijão pretendia atacar os gastos do governo, mas Sarney já não tinha contexto político para tanto. Um outro agravante para a sua situação é que havia sido promulgada a Constituição Federal de 1988 que trazia várias despesas sem respectivas fontes de custeio. Por fim, veio o chamado Plano Verão – com função de evitar a tragédia total o que de nada adiantou.

O Plano Collor começou de fato uma semana antes de sua posse, quando este determinou o recesso das instituições bancárias, isso trouxe um grande impacto para a população daquela época, visto que as questões bancárias só podiam ser resolvidas no próprio estabelecimento. Um dia após sua posse seu plano entra em ação, com o anuncio de que o dinheiro depositado nos estabelecimentos ficariam ali retidos, sendo que o valor máximo de retirada era de 50 mil cruzados novos. Isso ocorreu pela crença de que o grande problema da inflação era o dinheiro na mão da população, pois de posse do mesmo, havia muito consumo criando demanda agregada pressionando o preço. Com o objetivo de abrir a economia brasileira extinguiu-se o imposto de importação, mas sem nenhuma outra medida de proteção em contrapartida, o que levou praticamente ao desarranjo da indústria local. Houve a criação do câmbio artificial o que levou a grande queima de dólar do tesouro nacional. Foi criado nessa época o PROER, – com objetivo de sanear bancos através de recursos públicos, pois o setor bancário brasileiro sobrevivia de inflação e não possuíam outros serviços, fator que levaria a falência do seguimento bancário, assim houve a criação do IOF e demais medidas como o projeto do imposto para grandes fortunas. Faz várias privatizações. Essas medidas trouxeram grande queda da inflação, todavia, a queda inflacionária trouxe consigo a retração do PIB. Tenta-se ainda implantar o plano chamado Collor II, que seria alguns ajustes no primeiro, mas já não tinha apoio político nem popular. Assim sofre o processo de Impeachment.

O Plano Real instituído por medida provisória tinha como objetivo, mais uma vez, a estabilização econômica e a contenção da grande inflação. Uma das primeiras medidas foi a criação da URV que era espécie de uma taxa com base na inflação diária medida pelo IBGE, isso servia para fazer que os preços ficassem estáveis em URV, e, dessa forma o governo iria se preparando para a substituição da moeda o que veio ocorrer em 1994, onde a moeda foi trocada para o Real. Houve a privatização de várias estatais, aumentando a produtividade e diminuindo os gastos públicos.

Programa de Aceleração do Crescimento I, foi um programa desempenhado no governo Lula que não visava implicações econômicas, mas focava em programas sociais através da transferência de renda. Houve aumentos reais no salário mínimo e aumento nos salários dos servidores públicos. Neste plano houve inflação real, pois havia demanda de consumo mas não havia incentivo a produção de produtos, bens e serviços. Já o PAC II, foi um plano que não veio a ser posto em prática em virtude dos problemas enfrentados pelo governo Dilma, seu foco era investir na infraestrutura do país.

# 3 O que é inflação

A inflação é uma expressão corriqueira nos jornais e noticiários, mas seu entendimento é complexo para a maioria das pessoas. Para o senso comum existe apenas um tipo de inflação que faz elevar os preços, mas o que é a tão falada inflação? De uma forma conceitual simples inflação é de fato uma elevação contínua nos preços em um determinado lapso temporal. Mas cabe lembrar, que somente uma ou duas alterações no preço de determinado produto, por si só, não caracteriza inflação, mas faz-se necessário para sua classificação um aumento contínuo. Ainda são vários os tipos de inflação, o primeiro deles é a inflação de demanda, a qual tem como causa da elevação dos preços o excesso de demanda agregada em relação à oferta da economia.

Em outros termos, a inflação de demanda é produzida toda vez que os estoques monetários reais dos agentes econômicos (salários e todo tipo de renda) aumentem sem um acompanhamento da produção total da economia medida pelo PIB. O que significa dizer que um aumento do poder aquisitivo dos agentes econômicos se traduzirá num deslocamento da curva de demanda agregada, elevando os preços. (MORAN; WITTE, 1993, p. 123.)

Nessa modalidade de inflação, mesmo tendo as pessoas recursos para adquirir produtos, o produtor acaba tendo uma produção insuficiente, o que leva ao aumento do preço do produto, tendo em vista a preção da demanda. Um segundo tipo de inflação é a de custos, admite que sua causa originária pode ser obtida de duas formas. A primeira se inicia nos aumentos reais nas taxas salariais, geralmente provocada em negociações sindicais.

O tratamento teórico da inflação de custos, embora se reconheça que a persistência e propagação de qualquer inflação dependa, em última instância, da expansão monetária, admite que as causas iniciais do processo se encontram no âmbito da oferta agregada, cujos deslocamentos resultam de mudanças nos salários, nos custos de matérias primas ou na tentativa de aumentar os lucros.

A inflação de custos, originada em aumentos reais das taxas salariais, pressupõe que estas, em virtude de pressões sindicais, incorporem reajustes superiores à eventual expansão dos índices de custo de vida, adicionados de aumentos reais superiores à estimativa dos acréscimos da produtividade da mão-de-obra. A existência de pressões que resultam em elevações salariais desse tipo é, em geral, decorrente de negociações coletivas conduzidas por sindicatos organizados e poderosos. (MORAN; WITTE, 1993, p. 124.)

Já a segunda forma é própria das economias em condições de recessão ou com dificuldades na distribuição da produção.

Existe um segundo tipo de inflação de custos, própria de economias que têm problemas de recessão e problemas na distribuição da produção. A especialmente gerada em condições de recessão é explicada por uma pressão cada vez maior dos custos médios, tanto fixos como variáveis sobre o custo total que faz com que o preço tenha de ser maior do que o preço de mercado em condições normais de concorrência perfeita. (MORAN; WITTE, 1993, p. 124.)

Já o terceiro tipo é a inflação inercial, presente no brasil como resposta ao crescente processo inflacionário da década de 70, a qual se dá através das expectativas inflacionárias, podendo ser de tipo racional ou adaptativa. A de tipo adaptativa é feita a partir das experiências vividas no passado com a correção de seus erros para a economia do presente. Já na racional, não há necessidade de se olhar para o passado, mas apenas se fazer uma análise das variáveis de política econômica e verificar se estas são capazes de se sustentar em um período de tempo.

A teoria da HER mostrou que os agentes econômicos são racionais e têm perfeita informação, então eles são capazes de prever a trajetória futura da economia e avaliar se os valores atuais são compatíveis com o equilíbrio de longo prazo. Portanto, no modelo das Expectativas Racionais, os agentes não precisam olhar para o passado para formarem sua expectativa da inflação. Eles somente precisam observar as variáveis de política econômica e determinar racionalmente se elas são sustentáveis a longo prazo. (MORAN; WITTE, 1993, p. 129.)

Por fim, a inflação estruturalista, que é a proveniente de fatores estruturais já enraizados, de origens mais remotas, não proveniente apenas de fatores econômicos.

A inflação estrutural tem suas origens nas teorias de desenvolvimento da América Latina, no pensamento da Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL) lideradas por Raúl Prebish, como uma tentativa de explicação das variações dos preços a nível de comércio internacional entre centro e periferia.

Os chamados estruturalistas consideram que a inflação se apoia em fatores associados com as características das relações comerciais, também chamadas de “Termos de Intercambio”. (MORAN; WITTE, 1993, p.130.)

Conclui-se, por todo o exposto que a inflação de fato é expressa no aumento de preços mas por causas diversas, não pela simples prática de modificação, todavia esse aumento tem que ser corriqueiro em um lapso temporal.

# 4 A tentativa dos planos econômicos de controlar a inflação

Como trabalhado no item dos planos econômicos foi possível verificar que vários deles, se não todos, tinha como um dos objetivos controlar a inflação. Em cada plano econômico foi adotada uma medida, talvez, pelo momento histórico vivido pelo país e pela ideologia dos que ocupavam o governo. As medidas adotadas passaram pelos cortes de gastos públicos, criação de taxas e impostos, bloqueio da importação de mercadorias, abertura por completo para o mercado exterior, o fomento para um crescimento do empresariado e da indústria de uma forma a ser atingido a curto prazo, o congelamento dos preços, a retenção de valores em depósito bancário, a mudança de moeda, entre outros. Ocorre que por muito tempo, o Brasil exportava apenas produtos agrícolas e importava os demais, o que fazia com que sofresse os reflexos, na maioria das vezes negativo, da economia externa.

Se formos analisar historicamente, a economia brasileira se manteve durante quatro séculos direcionada para os interesses e necessidades da Metrópole, sendo, dessa forma, uma economia fornecedora a qual era guiada por ciclos econômicos gerando assim a formação de sociedades diferenciadas consoante com o ciclo predominante.

O Brasil caracterizado como produtor e fornecedor de insumos agrícolas, muito mais por imposição da Metrópole do que por decisão própria, construiu a sua sustentação econômica na produção agrícola, exportando produtos primários e importando produtos manufaturados, sendo, pois, uma economia primário-exportadora, na qual as exportações representavam a fonte de renda e a base do crescimento, enquanto as importações eram as encarregadas pelo suprimento das necessidades demandadas.

Sendo assim, a formação de um perfil primário-exportador, mantido por poucos produtos, tornou a economia brasileira vulnerável às crises internacionais e suscetível às variações dos modos de produção e de consumo dos países desenvolvidos. (MEIRA, 2014.)

Ocorre que os planos econômicos Brasileiros, em sua grande maioria, foram formulados para serem executados a curto prazo, a fim de combater a inflação, ou seja, visava combater as consequências e não as causas.

Frequentemente tem surgido a ideia de combater as consequências em vez das causas quando se fala em planos econômicos, através de tentativas milagrosas de gerenciar a economia a partir de pressupostos conjunturais de curto prazo. Os resultados vêm transformando-se, ao longo do tempo, num processo de causa e efeito, bem como assim fazendo com que os objetivos reais da economia fiquem cada vez mais conflitantes. (MEIRA, 2014.)

Um outro erro recorrente é acreditar que a inflação só possui uma única causa de existência o que pelo estudo aqui realizado já foi desconstruído.

Dos conceitos de inflação pode-se, portanto, defini-la como sendo o incremento sostenido de preços independentemente de sua origem, isto é, para que exista inflação deverá existir esta pré-condição, necessariamente. Neste sentido, não será pertinente afirmar que a origem da inflação se deve a um excesso de demanda ou a uma pressão dos custos ou, finalmente, às expectativas adaptadas, mas sim a uma combinação de todas elas, em uma espécie de »MIX» e seu controle dependerá da harmonização das políticas monetária e fiscal de médio e longo prazo. (MORAN; WITTE, 1993, p. 140.)

# 5 Conclusão

Os planos econômicos são instrumentos pelos quais se executará o planejamento econômico de um país. Ao se elaborar um plano econômico se faz necessário que se anteveja possíveis aspectos conjunturais, para que, ocorrendo estes, o país já se encontre preparado com meios para seu suprimento sem maiores danos. Atualmente a necessidade de se elaborar um plano econômico recebem um tratamento jurídico constitucional, e estes, por sua vez, materializam-se através da publicação de leis que deverão ser aprovadas pelo Congresso Nacional, conforme dispõe art. 48, IV, da CF/88.

Ao longo da história nacional o Brasil, teve a elaboração de vários planos, os quais possuíam objetivos comuns, como o combate a inflação, bem como objetivos específicos, de acordo com o período histórico e a posição adotada pelos que assumiam o governo. Os mecanismos usados para tanto, como visto, foram os mais diversos possível, mas sempre foram insuficientes se considerado a longo prazo, visto que a inflação por vezes se estabilizava mas voltava novamente ao crescimento.

A inflação, por sua vez, é o aumento contínuo nos preços dos produtos considerados em um lapso temporal, e, como visto este aumento se origina das mais diversas causas.

Um possível erro, neste trabalho identificado, é que os planos visavam combater, em sua grande maioria, as consequências e não as causas. Um segundo apontamento, foi feito, exatamente no sentido de se considerar que a inflação não deriva apenas de uma única causa, mas de causas diversas.

# Referências:

ABREU, Alzira Alves de. PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND), Dicionários Verbete Temático, Fundação Getúlio Vargas. S/A. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd> Acesso em 14 out. 2016.

ABREU, Marcelo de Paiva. A missão Niemeyer. RAE - Revista de Administração de Empresas, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 7-28, jan. 1974. ISSN 2178-938X. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/39990/38735>. Acesso em: 22 Out. 2016.

ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: Cem anos de politica econômica republicana. 1989/1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

DANTAS, Rosalliny Pinheiro. OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E O DIREITO ECONÔMICO: CONCEITOS, INTER-RELAÇÕES E TRATAMENTO EM NOSSO ORDENAMENTO JURÍDICO. P. 17. Disponível em: [www.agu.gov.br/page/download/index/id/703646](http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/703646) Acesso em: 17 out. 2016.

MEIRA, Paula Bernadi; Evolução dos Planos Econômicos no Brasil: Breve análise e relato sobre o planejamento econômico brasileiro, 2014. disponível em: http://monografias.brasilescola.com/administracao-financas/evolucao-dos-planos-economicos-no-brasil-breve-analise-.htm, acesso em 14 out. 2016.

MORAN, Carlos A. Azabache; WITTE, Gilson. A Conceitualização da Inflação e Uma Análise dos Planos Econômicos Brasileiros de 1970-1990. Disponível em:<http://cepeac.upf.br/download/rev\_n01\_1993\_art6.pdf>. Acesso em: 23 out. 2016

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 18 ed. rev e atual. São Paulo: Malheiros, 2000.

SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 2ª ed. rev. atual. 2ª

tiragem. Malheiros. São Paulo: 1997.